

# Nota de Abertura

*A rápida transformação do modo de viver que caracteriza as sociedades pós-modernas, em que a evolução tecnológica, a influência dos meios audio-visuais, o crescimento desordenado e gigantesco dos centros urbanos, os fortes movimentos migratórios e o desmoronar de crenças sociais, religiosas e políticas têm contribuído para a acentuação da anomia e para o aumento da conflituosidade social. Justifica-se, assim, não só o interesse da psicologia pela alteração de comportamentos que têm consequências a nível penal, civil, administrativo e outros, como também a atenção crescente dos actores do processo judicial e da opinião pública relativamente ao trabalho desenvolvido pela psicologia aplicada ao campo judiciário.*

*Com efeito, assiste-se actualmente a um grande dinamismo nesta área de intersecção entre a Psicologia e o Direito, de que são um bom exemplo a multiplicação de reuniões científicas mas ainda o ensino regular em instituições universitárias de Psicologia, o incremento de trabalhos de investigação e o recrutamento de profissionais de Psicologia para operarem nesta área do conhecimento.*

*A Psicologia Legal não é uma Psicologia Judiciária nem uma Psicologia Carceral ou Penitenciária (que se dedica aos actores destas actividades), embora com elas mantenha pontos de contacto. O seu domínio privilegia a análise das interacções entre a vida psíquica e as leis sociais, consignadas nos códigos dos diferentes ramos do Direito e que, supostamente, representam os valores fundamentais de um grupo social numa determinada época.*

*Este número de Análise Psicológica dedicado à Psicologia Legal é de alguma forma pioneiro na divulgação de trabalhos de investigação originais e de reflexões teóricas sobre a prática psicológica no domínio judicial. Daí, o ter-se optado, no caso dos colegas estrangeiros, por manter os textos na sua língua de origem.*

*O que nos orientou nesta recolha de artigos, com perspectivas diferenciadas nos planos teórico e metodológico, foi a certeza de que a análise dos comportamentos e das mentalidades beneficia sempre com a complementaridade de pontos de vista.*

*Com este número temático, que inclui artigos de vários docentes do Mestrado de Psicologia Legal, recentemente criado no ISPA, pretende-se estimular o debate criativo intra-disciplinar, através da articulação de discursos que relevam dos métodos clínico e experimental, da intuição e da administração da prova, da investigação*

*e da intervenção, e dar resposta às questões levantadas por estudantes e profissionais.*

*Por último, presta-se homenagem à memória do Prof. Doutor Henrique Rodrigues da Silva, recentemente falecido, que, desde a primeira hora e com entusiasmo, aderiu ao projecto de ensino e investigação na área da Psicologia Legal em curso no ISPA.*

JOSÉ PEREIRA DA SILVA